

1 **Ata 19/2022** – No dia sete do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte dois, às oito horas e
2 trinta minutos, reuniram-se os membros do **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e**
3 **do Adolescente (CMDCA)** na Central dos Conselhos sito à Rua Santo Campagnolo, 1216,
4 Vila Industrial, para **Reunião Ordinária**, contando com a presença dos seguintes
5 conselheiros/as GESTÃO 2021-2023 Conselheiros: Rafael Vinicius Francisco Franco, Diselda
6 Soares da Cunha, Maria Inês Borges Mânica, Ires Damian Scuzziato, Lineu Wutzke, Magna
7 Marcia Merlini, Juliana Alves Máximo, Carla Patrícia Radtke, Ivan Junior Peron, Patricia
8 Fabiane Schnorenberger, Franz Menegasso, Elis Francini Souza Coelho, Samara Villas Boas
9 Gobbi, Rodrigo Assufi Dallanol, Pamela Ritter, Tatiane Vanilse Dreier e Valdenice dos Santos
10 Souza. Registra-se a presença de Jennifer Thays Chagas Teixeira (Secretária de
11 Desenvolvimento Humano), Luis Adalberto Beto Lunitti Pagnussatt (Prefeito do Município de
12 Toledo), Maria Zancanaro (Núcleo Regional de Educação – NRE – SEED), Marcelo Andreas
13 Mendes (SMDH), Franciele de Souza (NRE – SEED), Nadeje Muhlbeier (NRE – SEED), Paula
14 Franciele da Silva (Secretaria de Saúde – SMS), Jaqueline Nadir da Silva (Secretaria de
15 Assistência Social – SMAS), Raquel Cassol (SMS), Mauri Ricardo Reffatti (Procurador Geral
16 do Município de Toledo) e Alexandre Gregório (Assessor Jurídico). **PAUTA: a)** Apresentação
17 da Secretaria de Administração e Procuradoria Geral do Município de Toledo sobre o
18 Chamamento Público para destinação de recursos provenientes das destinações do Imposto
19 de Renda para o FMDCA; **b)** Deliberar pelo Calendário de Reuniões Ordinárias do CMDCA
20 para o ano de 2023; **c)** Deliberar pela prestação de contas da Deliberação nº 052/2016 –
21 CEDCA/PR, do pagamento da mesma até 30/06/2022; **d)** Deliberar pelo Plano Municipal de
22 Convivência Familiar e Comunitária e de Acolhimento 2022-2025; **e)** Deliberar pelo Registro de
23 Entidade Não-Governamental; **f)** Deliberar pela Inscrição de Programa Governamental; **g)**
24 Relatos dos representantes do CMDCA: - CME; - COMSEA; **h)** Relatos das Comissões de
25 trabalho do CMDCA; **i)** Relatos dos representantes do CMDCA nas Comissões: - Comissão
26 Intersetorial de Convivência Familiar e Comunitária; - Comissão Intersetorial de
27 Socioeducação; - Comissão Bolsa Agente Cidadania; - Grupo de Trabalho Intersetorial
28 Municipal para Acompanhamento e monitoramento do POM – Plano Operativo Municipal.
29 **INFORMES: a)** Evasão Escolar; **b)** Conversa com a Dra. Vanessa D’Arcângelo Ruiz Paracchi
30 sobre Lei Henry Borel. **Item de Pauta A - Apresentação da Secretaria de Administração e**
31 **Procuradoria Geral do Município de Toledo sobre o Chamamento Público para**
32 **destinação de recursos provenientes das destinações do Imposto de Renda para o**
33 **FMDCA:** A reunião conta com a presença do Senhor Luiz Adalberto Beto Lunitti Pagnussati, o
34 prefeito do Município de Toledo, que inicia as falas cumprimentando a todos os presentes e

35 relatando o que a administração municipal tem feito pela garantia de direitos das crianças e
36 dos adolescentes. Começando com a saúde desde o bebê sendo gestado pela mãe, na
37 educação com filas zeradas nos CMEIs, explica de uma licitação que foi realizada para fazer a
38 reforma do CMEI do Pinheirinho/Jardim da Mata, que é uma demanda desde 2015; na pré-
39 escola e ensino fundamental I, com novas tecnologias, que hoje Toledo tem um aparato
40 tecnológico e de conectividade que não tem em outras escolas brasileiras, inclusive nem
41 muitas escolas particulares. Internet de alta potência, Wi-Fi, laboratórios de informática,
42 robótica, impressora 3D, televisores em todas as salas de aula. Para fevereiro, diz que vão
43 concluir, já são quase quatro mil tablets entregues, inclusive nas escolas do interior, que todos
44 os professores têm notebook, sem esquecer dos aspectos pedagógicos e humanos, essas
45 ações vão culminar nos adolescentes e jovens, e estão em conversa com o estado do Paraná
46 para que todos os vinte e nove colégios também tenham essas tecnologias aqui em Toledo,
47 para o processo continuado do desenvolvimento socioeconômico, disse que no segundo
48 semestre deste ano, realizaram uma conversa com o instituto federal para que eles implantem
49 um campus na cidade. Ele disse que entende que a educação é uma ferramenta fundamental
50 na proteção à criança e a família, do desenvolvimento territorial, mas também a mitigação de
51 ameaças ao futuro dessas crianças. Relata também que nos Centros da Juventude bem como
52 no Centro de Eventos, houve um convênio com a Grã-Bretanha e estão atendendo quase 200
53 jovens numa educação ativa e proativa, da construção de saberes a partir da robótica, e para o
54 ano de dois mil e vinte e três, visto que tornou-se um programa efetivo do município, buscarão
55 acessar as famílias e buscarão o convencimento de que as famílias são os atores principais
56 para a transformação de suas crianças e jovens, a partir da relação que tem dentro delas, mas
57 também dizendo: o seu filho está aí, as questões que envolvem ele também são de sua
58 responsabilidade, o município como poder público criou um ambiente favorável para que ele
59 tenha as oportunidades que necessita pra sua formação. Ele abre um parêntese dizendo que
60 vai protocolar na câmara um projeto de lei isentando a passagem de ônibus para estudantes
61 de todos os níveis e deixar todas as condições favoráveis para um início de vida e para todas
62 as demais idades no crescimento dessa criança. Diz que por outro lado, nos ambientes tanto
63 coletivos quanto individuais e familiares ainda existem as violências, portanto a administração
64 tem feito ações importantes pela política de assistência, no acolhimento e uma preocupação é
65 ter o espaço de cuidado destes que são vítimas de violência, por isso, foi necessário abrir mais
66 uma casa abrigo para crianças, já estão em processo de locação do espaço, as casas que já
67 estão abrigando estão lotadas. Dentro desta perspectiva, mas mais relacionado a mulheres, a
68 administração, pela AMOP, criou um consórcio de assistência social, num primeiro passo do

69 processo de humanização da região, que o prefeito chamou a responsabilidade para Toledo
70 de iniciar esse processo e com os outros prefeitos que assinaram a criação do Conselho, disse
71 que a Lei da Criação do Conselho Regional de Assistência Social no âmbito municipal já foi
72 votada e os outros municípios estão no processo de votação, para avançar e constituir uma
73 casa de acolhimento regional para mulheres vítimas de violências em algum município, Quatro
74 Pontes se colocou à disposição, mas que ele acredita que seria melhor em Toledo, pelo
75 acesso a saúde e outros serviços. Diz também que há grandes desafios, que são as questões
76 que envolvem o ordenamento jurídico da vida de tudo aquilo que a administração faz, ele
77 explica dizendo que hoje foi constituída uma lei dos procuradores, que entrou em vigor em 17,
78 tratando de vários aspectos, inclusive um tratando de políticas públicas, dizendo ainda que
79 Toledo é referência nacional neste aspecto, pelas instituições que são beneficiadas ou tem o
80 direito, que é arrecadação para o Fundo dos Direitos da Crianças e do Adolescente, que a
81 administração quer que se potencialize. O Sr. prefeito continua sua fala, dizendo que o objetivo
82 da presença dele além desta prestação de contas, é colocar uma preocupação que ele tem
83 para o Conselho, para compreender melhor a dinâmica de como juntos poderão avançar na
84 proposta de adequar os gastos do fundo de maneira dentro da lei, ele diz que tem conversado
85 e tentado, junto com o procuradores, que ele pensa que o Fundo não deveria ter uma lei todo
86 ano, deveria ter uma lei só e todos os anos já em fevereiro ou março já podem alocar do
87 fundo. Diz que os procuradores são cargos de concurso e que executam suas atividades
88 dentro da letra da lei, e eles tem pareceres, este inclusive, que é contrário a vontade do
89 prefeito, por isso no ano passado seguiram em frente. Diz também que ele não está presente
90 na reunião para deliberar, mas quer ouvir do Conselho, qual a melhor solução para
91 continuarem o trabalho, dentro da proposição legal da lei federal sobre os gastos do FMDCI, e
92 ele quer compartilhar esta preocupação. Continua dizendo que o papel dele como prefeito é
93 motivar as pessoas a doarem para o fundo, mas como gestor ele pode ser responsabilizado
94 por questões do Fundo e também porque sente que já estava na hora de vir conversar com o
95 Conselho, ressalta que a fala dele é de preocupação como gestor. O Sr. Lineu agradece a
96 presença dele, de toda ajuda e parceria, e gostaria de elogiar todas as melhorias realizadas na
97 educação, mas que uma área de preocupação é a saúde, que com a apresentação dos
98 relatórios mensais é verificado que tem uma demanda reprimida muito grande. O Sr. Prefeito
99 salienta que existe uma questão muito difícil na área da pediatria, tem concursos em aberto e
100 tem PSS aberto na área, mas há poucos ou nenhum inscritos, diz que solucionar problemas
101 históricos é complicado, exemplifica citando a primeira turma de formandos da UFPR de
102 Toledo que, dos 17 formandos, apenas 1 parece estar inclinado a seguir na pediatria, e que

103 tudo que é possível dentro de recursos financeiros e do município está sendo feito, mas que as
104 dificuldades maiores são recursos humanos. Explica que haverá uma reunião para ser
105 discutida a implantação de uma UPA pediátrica, porque as famílias chegam em aflição na
106 UPA, que tenham um acolhimento adequado em um local próprio, que será colocado dentro da
107 estrutura do Mini Hospital e que será verificado como será feito isso com a vigilância sanitária.
108 Continua dizendo que outra melhoria importante como política com mais eficiência, eficácia e
109 efetividade é dentro do Ambulatório Materno Infantil, o AME, especialmente para as mães que
110 têm gravidez de risco e buscando a solução, logo após o nascimento, de encaminhamentos
111 para as crianças que nascem portando alguma síndrome ou situação de necessidade especial.
112 Por outro lado, há uma gama de população que veio de outros países que já têm doenças
113 anteriores como diabetes, especialmente do Haiti, e existe uma dificuldade muito grande de
114 comunicação com essas pessoas, na SMDH tem uma coordenadoria de que cuida da
115 população imigrante e estão tentando desenvolver uma comunicação entre os médicos e as
116 mães, para que elas compreendam o que é falado através da tradução, estão buscando
117 criar mecanismos de compreensão da dinâmica médico-paciente. Diz que são ações que não
118 se falam, mas estão sendo feitas. Diz que é natural que numa situação que há altas demandas
119 e poucos recursos, em alguns instantes exista uma desconexão no atendimento, mas que os
120 recursos financeiros para as estruturas e RH existentes não tem faltado. Relata que a
121 Secretaria de Saúde é composta por profissionais que entendem, são capacitados e
122 estudiosos, e eles, em decisão de colegiado coletivo da Secretaria, é que dão o norte da
123 política de saúde para o município. Diz que um avanço necessário é a saúde bucal, relata que
124 no último concurso uma candidata entrou com recurso e a convocação está travada, que o
125 município entrou com pedido para que suspenda o processo e possam fazer as convocações,
126 diz que no último mandato a população municipal tinha 70% de acesso a saúde bucal e hoje
127 tem apenas 20% e isso é um desastre, e estão tentando convocar 10 pessoas, e melhorará
128 então o acesso a odontopediatria. Ele reforça que o que não avançou não foi por relaxo,
129 desconhecimento ou incompetência da secretaria de saúde e seus agentes e nem da falta de
130 vontade do prefeito de liberar os recursos, diz que no ano que vem a secretaria terá próximo
131 de R\$200.000.000,00 em recurso. Fala que saúde e educação sempre estão muito próximos e
132 são situações que exigem muito financiamento, diz que com o contingenciamento este
133 governo federal está se encerrando, mas que houve uma descontinuidade em campanhas de
134 vacinação como um escudo para doenças, houve desestímulo a vacina e estão correndo atrás
135 pra validar a ciência e espera que possam retomar a vida diferente na perspectiva da
136 prevenção, e que podem ter certeza que o prefeito e o gabinete tem feito todo possível para

137 melhorar a saúde, especialmente das crianças. Relata que é o que o município tem feito no
138 Centro Integrado de Políticas Educacionais, o CIPE, que foi premiado e tem 300 crianças em
139 atendimento lá, no espectro do autismo, microcefalia, paralisia cerebral e outras síndromes, na
140 política interfaceada inclusive com as escolas privadas, mas diz que na reunião semanal que
141 há com as secretarias, essa questão da política da saúde, especialmente das crianças, entrará
142 na pauta. A Sra. presidente diz então ao Sr. prefeito e aos demais presentes que veio uma
143 profissional da área da saúde trazer explicações a respeito da questão da vacinação. A
144 profissional de chama Paula, enfermeira na Assistência Epidemiológica, e casando as duas
145 falas, uma questão extremamente importante na saúde é a cobertura vacinal, ela diz que todas
146 as demandas apresentadas são na assistência curativa e diz que, além dela ser custosa ela
147 gera angústia principalmente para os doentes e para a família, porque “tem que correr atrás do
148 prejuízo”, aí se tem pressa, neste caso três meses é muito tempo, diferente se for apenas uma
149 consulta preventiva. A Sra. Paula diz que quando se fala em saúde precisa-se falar muito em
150 prevenção, que a atenção básica precisa ser fortalecida, com saúde da família, e este
151 fortalecimento talvez é o que não se consegue enxergar, utilizando como exemplo o grupo
152 presente, talvez muitos não saibam o que é puericultura, mas que ela é muito importante e
153 será realizada por um contingente talvez um pediatra, pelo médico da família, enfermeiro e
154 isso diminuirá as urgências, porque estarão acompanhando o desenvolvimento da criança.
155 Assim como em outros casos da população em geral, é muito importante trabalhar com a
156 prevenção, antes da pessoa adoecer. Entre as ações uma delas é a vacinação, que no
157 município tem um cobertura vacinal para a poliomielite de 85% e a meta de toda vacina é estar
158 acima de 95%, e que no município a única vacina que atingiu esta meta foi a BCG porque é
159 aplicada assim que a criança nasce, diz que o município ainda está muito bem em
160 comparação a dados estaduais e federais, mas é um gargalo entender em que momento a
161 família abandona a vacinação, diz que em todas as vacinas o município tem uma média de 85-
162 86% de cobertura vacinal e isso é muito ruim, porque isso deu abertura para voltar o sarampo,
163 vai dar abertura para voltar a poliomielite. Ela explica que assim como nós o micro-organismo
164 também tem mecanismos de sobrevivência, que é o que se observa, por exemplo com a
165 COVID, que quando ele encontra a imunização ele precisa se modificar, por isso tantas
166 variantes e por isso precisa chegar até 95% de cobertura. A Sra. Paula chama atenção,
167 respeitando as crenças e opiniões pessoais, mas que é preciso ter muito cuidado nas posições
168 que ocupamos e com as crenças pessoais, pois as vezes somos disseminadores de
169 informações, exemplifica dizendo “se a minha professora não se vacina, se o profissional de
170 saúde espalha fake news” e ainda explica que a maioria dessas notícias sai dizendo: “estudos

171 mostram que a vacina X causa autismo”, mas não diz qual estudo, ou as vezes faz pior,
172 citando qual é o estudo, mas quando se pesquisa o estudo não existe, que o pessoal que
173 dissemina isso ela chega a colocar imagens, estudos falsos e precisamos cuidar muito pra não
174 disseminar essas informações. Mas ela disse que existe sim um movimento anti-vacina e é
175 muito forte, mas não é a principal causa da queda vacinal, que já foi percebido que as pessoas
176 não estão desacreditando na vacina, as pessoas estão desacreditando na doença, por
177 exemplo quando estava aquela onda de COVID, haviam filas e filas na vacinação, ou seja, as
178 pessoas estavam vendo a doença e corriam pra vacinar, e quando a doença diminuiu as
179 pessoas pararam de ir vacinar, não porque desacreditam na vacina, mas porque não viam
180 mais a doença. Ela diz que é preciso alertar a população para o perigo real da doença, diz que
181 a poliomielite não foi erradicada no mundo, que ela foi erradicada no Brasil desde 1989, mas
182 que, como disse o prefeito, o tanto de pessoas que estamos recebendo no município de
183 países que inclusive ainda têm pólio, circulando, portanto, o vírus tem que chegar aqui e
184 encontrar todos os indivíduos imunizados. Ela diz que outra informação errada que é muito
185 difundida é que todos os vacinados estão protegidos da doença e que não é bem assim, não é
186 porque a pessoa se vacinou que está protegida, ela diz que isso é muito evidente na vacina de
187 hepatite B, que há pessoas que fazem o exame pra ver se a vacina protegeu e não protegeu,
188 repete o esquema vacinal e ainda não protege e diz que são características individuais da
189 pessoa e por isso não é porque o indivíduo se vacinou que ele não vai pegar a doença e não
190 podemos perder a credibilidade das vacinas. A Sra. Juliana agradece aos esclarecimentos da
191 Sra. Paula e sugere que num outro momento convide-se ela novamente para mais
192 esclarecimentos. Ela diz ainda que complementando a fala do Sr. Prefeito, que os critérios do
193 edital de chamamento foram ponto de pauta em várias reuniões do CMDCA ao longo no ano
194 de 2022 e ainda havia dúvidas, por causa da lei que se alterou, por isso convidaram o prefeito
195 para fazer esses esclarecimentos, porque gerou tantas dúvidas e angústias, e então ela passa
196 a palavra para o Sr. Mauri e o Sr. Gregório. O Sr. Gregório inicia falando que ambos estão na
197 mesma perspectiva do prefeito, ouvir a demanda do Conselho. Ele ressalta que, a Lei 13.019 é
198 a norteadora deste processo, sendo que, todo dinheiro que está no poder público e passa para
199 entidades privadas precisa seguir alguns requisitos, todos dispostos na referida Lei, que é de
200 2014 mas está vigente desde 2017, como por exemplo, o período de constituição da entidade,
201 ter sede, estar com a documentação em dia, apresentar o plano de trabalho, participar do
202 processo seletivo – chamamento público, após cumprimento do plano de trabalho a prestação
203 de contas junto ao tribunal de contas do estado do Paraná, bem resumidamente seria isso, e
204 que estão dispostos à ouvir dúvidas, sugestões inclusive de advogados das entidades se

205 estiverem presentes. A Sra. Ires relata que o maior problema é a necessidade de, anualmente,
206 criar e aprovar uma lei pela câmara de vereadores para a destinação dos recursos, que isso
207 atrasa não só a alocação do recurso, mas da prestação de contas que precisa ser feita
208 naquele mesmo ano, e teve ano que chegaram a receber o dinheiro no mês de setembro, ela
209 quer entender a necessidade desta burocracia. O Sr. Gregório responde que entende que há
210 essa cultura em Toledo porque não está se adotando a Lei Federal 13.019, por isso precisa de
211 uma autorização legislativa porque o prefeito, o gestor da pasta precisa ter uma segurança
212 jurídica para que se faça no formato escolhido, se for passar pela 13.019 são outras etapas. O
213 Sr. Mauri acrescenta que com relação à esta colocação que no ano passado, o prefeito foi até
214 os limites dentro das pesquisas que poderia realizar no prazo, e as pesquisas e estudos
215 realizados e a própria Lei 13.019 exige que seja encaminhado à câmara de vereadores, esse é
216 um processo que os prefeitos adotam para que não haja nenhum problema com a prestação
217 de contas. Diz que, entretanto, o modelo que está sendo utilizado em Toledo para a
218 distribuição dos recursos também contraria a norma, inclusive numa reunião realizada ele
219 questionou se foi consultado nos municípios da região, como eles realizam o chamamento. Ele
220 reforça que ninguém está querendo dificultar, que todos os esforços pra viabilizar o que é
221 possível têm sido feitos, mas que existe um risco que envolve não somente o prefeito, mas as
222 entidades também e que no último ano os estudos foram realizados até o último momento e
223 então o prefeito pediu que se encaminhasse para a câmara, mas que eles consultaram todos
224 os técnicos, considerando a perspectiva de poder ajudar as entidades. A Sra. Maria Inês disse
225 que o processo realmente foi rápido e não quer ser indelicada, mas até 2017 não existia a
226 modalidade de chamamento público e desde que tem as entidades obedecem aos critérios
227 exigidos pela lei, sendo o CMDCA que encaminha o processo com toda lisura e sempre foi
228 aprovado pelo tribunal de contas e ela não consegue entender qual é a problematização. O Sr.
229 Lineu acrescenta que o Conselho é um órgão deliberativo soberano e parece que houve um
230 parecer mais recente dizendo que precisa-se informar o custo per capita de cada criança em
231 cada entidade, e isso é algo que demoraria pelo menos um ano pra ser feito, que o Conselho
232 tem um critério que entende que é justo, conforme a quantidade de atendimento (carga
233 horária) e que ele entendeu que é isto que está sendo questionado, e ele quer entender
234 melhor se é isso mesmo porque ele também não quer incorrer em ilegalidade. A Sra. Maria
235 Inês diz ainda que este Conselho é referência no Brasil pela discussão democrática da mesa,
236 que desde a Lei 13.019 o Conselho e as entidades se adaptaram e seguiram em frente e o
237 que não tiver de correto estão totalmente disponíveis a adequar, mas que as entidades
238 entraram num acordo para não haver concorrência e todos terem acesso igualmente ao

239 recurso. Toledo é uma cidade que caminha junto. O Sr. Prefeito pede a palavra e disse que ele
240 como prefeito, como ele disse antes, é o primeiro a ter que incentivar as doações para o
241 Fundo, que ele tem pleno conhecimento de tudo que os membros presentes dos Conselhos,
242 representando as entidades assim como os que passaram anteriormente, fizeram pela cidade,
243 mas que ele precisa resgatar algo que aconteceu no seu primeiro mandato, disse que, por um
244 erro de data na processo do chamamento público, quatro anos depois, após análise do
245 Tribunal de Contas, recebeu R\$20.000,00 de multa para o mesmo pagar. Ele diz que está
246 trazendo isso, que é uma coisa que ele cobra principalmente dos órgão jurídicos, como sinal
247 de alerta, como é a interpretação da lei, a ideia é melhorar os processos, dentro do respeito
248 que se construiu historicamente e que ele tem falado para alguns advogados, especialmente
249 para alguns conselheiros, o Conselho é soberano, mas a preocupação dele é que mais no
250 futuro alguém revise os processos e veja que o prefeito não agiu e tem que devolver recurso,
251 mas a defesa pode alegar que foi uma deliberação do Conselho e isso eventualmente pode
252 repercutir para o dirigente da entidade e até para o próprio Conselheiro. Ele diz ainda que a
253 vida é feita de decisões, se o Conselho quer continuar neste processo, o Conselho delibera,
254 anota isso na deliberação e segue em frente, que será seguido o que o CMDCA deliberar, mas
255 que ele não poderia deixar de expressar a sua preocupação. A Sra. Juliana observa, quanto a
256 fala do Sr. Lineu e da Sra. Maria Inês, que conversou com as colegas dela da Assistência
257 Social, que antes geriam o fundo, e que desde 2017 o jurídico vêm perguntando, apontando
258 que não estava em conformidade, e este ano, assim como o prefeito colocou de forma bem
259 objetiva que o parecer jurídico foi contrário, ela diz que deseja que fique bem claro para o
260 Conselho qual será o prejuízo com relação à isso, de ser deliberado um edital que não está em
261 conformidade com a legislação. O Sr. Gregório complementa dizendo que o prefeito os cobra,
262 mas não são eles nem o prefeito, é o parecerista que cuida dos processos de licitação que
263 está apontando que tem uma ilegalidade no edital. Ele continua respondendo à pergunta feita
264 pelo Sr. Lineu, se o Conselho é ou não órgão deliberativo, dizendo que sim, mas que não
265 existe direito que seja absoluto, todo direito emana de princípios e a administração pública
266 está pautada nesses princípios descritos no artigo 37 da Constituição Federal, que estabelece,
267 legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, ou seja, esse dinheiro deve ser acessível a
268 todos, não pode haver restrições, quando exerce-se um direito desrespeitando os princípios,
269 comete-se uma ilegalidade. Ele disse ainda que ele não precisa defender o servidor que fez o
270 parecer, mas que entende que ele está correto, que muitas vezes o advogado dá uma notícia
271 ruim, mas que para o futuro é uma coisa boa, uma prevenção, que a omissão de um
272 advogado, assessor jurídico ou procurador, como o prefeito bem antecipou, pode colocar todo

273 mundo em maus lençóis. Havendo ainda questionamento por parte da Sra. Ires e da Sra.
274 Maria Inês a respeito de qual é a problematização do edital, a Sra. Samara pede a palavra
275 para explicar que o problema apontado pelo parecer jurídico foi referente ao rateio, que após a
276 Lei 13.019, o rateio não é mais contemplado, exige-se uma competitividade e quando se faz
277 rateio, já se sabe quanto cada entidade vai receber e isso contraria a lei, e ele pede uma
278 adequação do edital quanto a isso, então teria que se mudar os critérios do chamamento. O
279 Sr. Beto Lunitti sugere que se traga o parecerista e os advogados e que certamente deve
280 haver profissionais da área para explicar melhor e repete que acatará a decisão do Conselho.
281 A Sra. Ires sugere que os representantes das entidades, que são os que tem registo no
282 CMDCA, conversem com os procuradores e vejam se tem algum ponto. A Sra. Samara mais
283 uma vez esclarece que o problema não são as entidades, que ela, como gestora da parceria
284 garante que não há nenhuma entidade investindo o dinheiro fora do plano de trabalho, que o
285 problema é o edital em si, é uma orientação que o parecerista faz para o Conselho, e sugere
286 que em janeiro seja aprovada a deliberação que apresenta os critérios para o edital e em
287 fevereiro já aprove o edital e que até a reunião de janeiro seria bom estar definido esses
288 critérios. A Sra. Patrícia acrescenta que o que precisa ser mudado são os critérios do
289 chamamento, porque quem vai deliberar é o Conselho e que cabe ao Conselho se organizar
290 junto com o jurídico para fazer as mudanças necessárias, porque ela como conselheira precisa
291 saber que o que ela está assinando está em conformidade com a lei, caso contrário pode
292 haver responsabilização dela enquanto conselheira. A Sra. Jennifer, acrescenta que na
293 próxima semana ocorrerá uma capacitação sobre o FMDCA e que é importante todos os
294 Conselheiros participarem. O Sr. Prefeito disse que por ele está concluído a fala, que ele
295 admira o trabalho do Conselho e que estão estudando uma participação da Prefeitura
296 Municipal com o fundo e que é parceiro do Conselho, que o que este decidir, por ele está
297 decidido. O Sr. Mauri contribui dizendo que neste último processo, com o parecer contrário do
298 servidor parecerista o processo não seria possível de ser encerrado, que o prefeito chamou o
299 corpo técnico e pediu para que estes emitissem um parecer diferente do parecerista para que
300 eles pudessem finalizar o processo, demonstrando que não há má vontade da administração e
301 que eles estão lutando contra o ordenamento jurídico. A Sra. Ires manifesta que precisa
302 entender o que estão fazendo de errado e o Sr. Gregório salienta que a ilegalidade está no
303 modelo de rateio, e a Sra. Samara complementa dizendo que vêm falando isso o ano inteiro.
304 Então, o Sr. Lineu questiona, como poderiam fazer corretamente, o Sr. Prefeito explica que
305 precisa ser mais detalhado os gastos com cada criança em cada serviço porque cada serviço
306 tem suas complexidades e especificidades e pode ser que um necessite de recursos diferentes

307 que outros, e para isso precisa-se encontrar a fórmula para que eles não precisem correr o
308 risco de maneira desnecessária, ele continua dizendo que tem um score de serviços, que é
309 uma possibilidade de critério e sugere que se pontue os serviços como: alimentação, uniforme,
310 atendimento psicológico, etc; a Sra. Maria Inês explica que não conseguirão fazer isso para o
311 próximo ano, então o Sr. Prefeito disse que se assumirem o compromisso de construírem esse
312 cálculo juntos, tem argumentos para melhorias jurídicas. A presidente Juliana com a palavra,
313 diz que entende que a princípio seria isso, e que o próximo passo é ler o edital, entenderem
314 como fazer corretamente e fazer ajustes para que não sejam omissos. O Sr. Mauri pergunta
315 para a Sra. Samara se ela localizou editais de chamamento de outras cidades que foram
316 realizados dentro desses princípios legais e ela disse que sim, então o Sr. Prefeito sugere que
317 para uma próxima discussão sejam trazidos modelos. A Sra. Maria Inês disse que aguarda
318 recomendações dos procuradores, diz que eles também têm a liberdade de procurar outros
319 pareceres e que sempre obedeceram ao município de Toledo e buscam para as crianças de
320 Toledo. A Sra. Presidente agradece a presença do Sr. Prefeito e do Sr. Gregório e do Sr.
321 **Mauri. Item de Informes A** - Ela continua dizendo que em muitas reuniões ao longo do ano
322 houve uma preocupação com os números de evasão escolar, especialmente pelos relatórios
323 apresentados pela Educação e pelo conselho tutelar, então hoje, temos a presença de
324 profissionais do Núcleo Regional de Educação para apresentar mais detalhes. A Sra.
325 Franciele, professora de ciências e biologia e atualmente está no acompanhamento
326 pedagógico no Núcleo de Educação, ela disse que todo o trabalho realizado contra a evasão
327 escolar hoje segue o Programa de Combate ao Abandono e a Evasão Escolar, é utilizado por
328 todas as escolas do Estado, a última versão é de 2018 e está em processo de revisão, o
329 programa orienta e trata como evasão 5 faltas consecutivas ou 7 alternadas no período de 60
330 dias independente do período avaliativo, orienta o acompanhamento diário do estudante,
331 identificar as causas da infrequência e evasão, orienta iniciativas pedagógicas para visar a
332 permanência e sucesso dos alunos da educação, prevê o contato com a família e
333 responsáveis, e articulação com a rede de proteção e entidades que tem como tarefa a
334 proteção desses direitos, disse que este é um resumo mas que pode disponibilizar o
335 documento na íntegra. Diz que dentro da escola o funcionamento se dá a partir da
336 identificação das faltas, então a equipe faz as buscas ativas que depende da realidade de
337 cada estudante e escola, após isso, ou o estudante retorna à escola ou não, no caso de não
338 retorno a escola utiliza o suporte do Conselho Tutelar (CT). Ela continua dizendo que o
339 programa prevê a criação de uma comissão que abordaria as questões do estudante antes de
340 levar ao CT, mas que no município a demanda é muito alta e precisaria de uma dedicação

341 exclusiva a isso, e, que têm feito reuniões mensais com as escolas estaduais e os
342 equipamentos da rede como Secretaria de Saúde, Assistência Social, mas que eles levam os
343 casos mais urgentes e, muitas vezes não conseguem atender a todos, mas que tem sido
344 importante a parceria com a rede e o CT tem dado esse suporte. Relata que a escola quando
345 nota a necessidade de encaminhamentos ela já realiza, quando precisa de outras avaliações,
346 como saúde ou assistência, mas quando a escola esgota as possibilidades é encaminhado
347 para o CT, e diz que esse processo que muitas vezes se arrasta durante o ano todo, o aluno
348 depois da conversa volta, frequenta uns dias, torna a faltar, e assim por diante. A Sra. Patrícia
349 questiona se tem assistente social na equipe e a Sra. Franciele responde que não, que a
350 equipe é ela, diz que tem um sistema chamado SERP, e que hoje os encaminhamentos
351 realizados são todos registrados neste sistema, que ele facilita o acesso a rede, que em
352 Toledo apenas as escolas, o CT e o Ministério Público (MP) utilizam, mas ressalta que seria
353 extremamente importante outros equipamentos aderirem e demonstra como é o sistema.
354 Então, ela diz que apenas ao término do ano letivo que os dados definitivos são apresentados,
355 que evasão escolar é considerada durante o ano letivo e abandono escolar é quando ele não
356 retorna no ano seguinte, e apresenta um relatório do ano até o momento, que foram
357 registrados 796 casos no SERP que seguem os critérios, 170 casos ainda estão na escola,
358 169 casos estão no CT, 5 casos no MP, 10 casos que o Conselho já atuou e devolveu pra
359 escola e 240 casos que o Conselho já atuou também, mas por conta de um registro que não
360 foi feito com no nome deles, fica sem identificação, as escolas hoje tem 170 casos mais 224,
361 mais 169 no Conselho, 209 casos encerrados, 9 erros de cadastro, 578 casos tratados como
362 evasão escolar na regional; em 2021, Toledo teve 910 casos de inclusão, teve muitos casos
363 de alunos que não retornaram para a escola quando as aulas retomaram o presencial. Nos
364 dados do Inep, em 2021 houve 0,1% de evasão escolar no ensino fundamental e 0,6% no
365 Ensino Médio, ela diz que tem sido muito insistente com as escolas para que elas identifiquem
366 os motivos, se for preciso ela vai até a escola conversar com o aluno. Ela apresenta que o
367 Unicef fez um estudo a nível nacional e os motivos da evasão escolar são os mesmos, que
368 houve um distanciamento do aluno da escola por causa da pandemia, o retorno, o hábito, a
369 cultura de estar na escola todos os dias presencialmente, é um fator que afastou, mas o
370 principal motivo é o desinteresse, desmotivação, mas que ela entende como uma
371 consequência, diz que o estudante hoje não se sente pertencente àquele espaço, problemas
372 de saúde mental, diz que tem muitos casos e descreve alguns dos problemas, não percepção
373 da importância dos estudos, que é muito triste mas muitos estudantes não entendem como a
374 educação contribui para o crescimento pessoal, profissional, para a melhoria de vida, e isso

375 tem muito de como a família orienta e apoia o estudante, dificuldade de aprendizagem e
376 negligência, problemas de saúde de modo geral, trabalho infantil informal e gravidez.
377 Apresenta o perfil do estudante em evasão, 54% são nos anos finais do ensino fundamental,
378 mas é o público que consegue mais retorno, 35,2% do ensino médio, 13,4% da educação
379 infantil, mas está em fase piloto como serão os registros; 53,8% meninos, 46,8% meninas e a
380 faixa etária com mais evasão é aos 17 anos. Ela explica que as estratégias foram, o núcleo
381 tem um programa chamado tutoria pedagógica o qual o núcleo atende semanalmente as
382 escolas do núcleo de educação, 92 escolas, visando o combate a reprovação, frequência
383 escolar e aprendizagem, disse que no combate a reprovação existe o programa “Se ligue”, que
384 tem classificação e reclassificação, então o aluno não reprova até o último dia de aula,
385 esbarram na questão legal que é em caso de faltas, não podem atuar quanto a isso;
386 aprendizagem: tem o diagnóstico através das avaliações pedagógicas, no caso o prova paraná
387 que acontece trimestralmente para um diagnóstico de aprendizagem e é emitido um BI que
388 identifica as fragilidades de casa turma, nivelamento dos professores no início de cada
389 trimestre através de conteúdo e avaliações para conseguir uniformizar o atendimento aos
390 estudantes e a capacitação dos docentes, visando a atualização e a necessidade dos
391 estudantes que estão diferentes, tem o formadores em ação, uma plataforma de cursos onde
392 os professores se inscrevem e realizam durante a hora atividade, é realizado em conjunto com
393 outros professores e tem troca de experiências e são ofertados trimestralmente e a frequência
394 escolar, acompanham a frequência diariamente, compartilham boas práticas e explica o
395 funcionamento do BI. Para as questões do déficit de aprendizagem tem o Programa Mais
396 Aprendizagem realizado no contra turno, tem as AET aulas especializadas de treinamento
397 esportivo no contra turno, houveram campeonatos de diversas modalidades esportivas ao
398 longo do ano, além disso, todo ano tem a Semana D, para que se fale sobre frequência e
399 evasão escolar e houveram trabalhos muito interessantes, além de divulgação em rádio, na
400 Cúria, nas escolas, carros de som, mensagens de WhatsApp, psicólogos em algumas escolas,
401 assessores jurídicos conversando com os pais, assembleias. Fora isso, estão estudando
402 outras maneiras de ensinar e motivar os alunos, para que as aulas sejam interessantes e
403 atrativas para os estudantes e assim segue descrevendo outras atividades realizadas com
404 esse propósito. Ela finaliza dizendo que parece que faz somente uma gotinha, mas para o todo
405 essa gotinha faz falta, diz que o objetivo principal deles é a educação e que muitas vezes não
406 conseguem abraçar outras questões como saúde, assistência, etc, mas fazem o possível, e
407 ela deixará todos os materiais acessíveis para os Conselheiros. **Ponto de Pauta C - Deliberar**
408 **pela prestação de contas da Deliberação nº 052/2016 – CEDCA/PR, do pagamento da**

409 **mesma até 30/06/2022:** A Roseane relata que não houve execução do repasse porque
410 estavam em período de pandemia, mas precisam deliberar mesmo assim, sobre uma
411 deliberação de incentivo a criança e adolescente que tinha vários eixos, diz que são 03, uma no
412 período até 30/06/2021, outra até 31/12/2021, relata que a Sra. Samara já apresentou a
413 prestação de contas do período que teve execução, mas neste período não houve execução, e
414 do Programa de Aprendizagem Profissional até 30/06/2022 que também não houve execução
415 nem físico nem financeira. A Presidente coloca em votação e a mesma é aprovada pelos
416 presentes. **Item de Pauta J – Deliberar pelo Calendário de Relatórios 2023:** A Sra. Samara
417 conta de seguiu a mesma lógica do calendário deste ano e apresenta ao Conselho o
418 calendário com as etapas e datas para o envio e sistematização dos Relatórios, ela sugere
419 que cada secretaria imprima colorido e deixe em um local visível. A Presidente Juliana coloca
420 em votação e o mesmo é aprovado pelos presentes. **Item de Informes B - Conversa com a**
421 **Dra. Vanessa D’Arcângelo Ruiz Paracchi sobre Lei Henry Borel:** A Sra. Jennifer relata em
422 setembro a Juíza Sra. Vanessa da 2º vara criminal procurou o município de Toledo para pedir
423 que tenha algum equipamento que faça o monitoramento de medidas protetivas de urgência a
424 crianças e adolescentes, porque assim prevê a Lei Henry Borel e hoje não há um local no
425 município que seja responsável por este monitoramento, então ela descreve como é realizado
426 este trabalho no caso de violência contra a mulher. A Sra. Jennifer continua dizendo que em
427 conversa com a Juíza, ela disse que a demanda não seria muito alta a princípio, a primeira diz
428 ainda que teve uma conversa com o prefeito em que passou a demanda e estão buscando
429 uma solução através da Patrulha Maria da Penha e estudarão mais a fundo como realizar isso,
430 tem uma preocupação com relação ao tempo que isso pode levar, porque atualmente já tem
431 algumas demandas, mas tudo indica que caminhará neste sentido. **Item de Pauta D -**
432 **Deliberar pelo Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária e de Acolhimento**
433 **2022-2025:** A Sra. Raquel apresenta que a Comissão foi reunindo-se ao longo do ano e sentiu
434 a necessidade de atualização do Plano Municipal com validade de 2022 à 2025 – Apresenta
435 um pequeno histórico do Plano e a Sra. Elis prossegue relatando como o plano foi elaborado,
436 devido ao tempo não poderá detalhar o plano, mas que a convivência familiar e comunitária é
437 um direito na constituição familiar e no ECA e que todas as políticas desenvolvem e todas as
438 políticas foram convidadas a participar e estão no quadro de meta, e, dentro do plano existe
439 hoje o diagnóstico do serviço institucional. A Sra. Jaqueline ressalta que este plano detalha
440 muito a questão dos acolhimentos e que foi feito com base nos acolhimentos do ano de 2021 e
441 o quanto ampliou em 2022. A Sra. Elis diz que o objetivo geral do plano é: orientar sobre a
442 garantia do direito a convivência familiar e comunitária e de acolhimento, através da interface

443 das diversas políticas e sistema de garantia de direitos e apresenta brevemente o plano e a
444 Sra. Heloísa diz que ele foi enviado por e-mail. A Sra. Juliana coloca o plano em deliberação e
445 o mesmo é aprovado pelos presentes. **Item de Pauta B - Deliberar pelo Calendário de**
446 **Reuniões Ordinárias do CMDCA para o ano de 2023:** A Sra. Heloísa relata que fez o
447 calendário baseado no calendário do ano de 2022 que são as reuniões nas quartas quartas-
448 feiras do mês, exceto no mês de fevereiro que cai na quarta-feira de cinzas e ela sugere
449 antecipar para o dia 15/02 e dezembro que cai no dia 27/12 e ela sugere antecipar para o dia
450 13/12, porque a partir do dia 20/12 muitas pessoas já entram em férias e é muito próximo ao
451 Natal. A Sra. Juliana coloca o calendário de reuniões para 2023 em votação e o mesmo é
452 aprovado pelos presentes. Ela agradece a presença de todos e encerra a reunião devido ao
453 avançado da hora. Nada mais havendo a tratar, eu, Jaina Caroline Lunkes, encerro a presente
454 ata, a qual será encaminhada pela secretária executiva por e-mail aos conselheiros/as, para
455 apontamentos de eventuais retificações e na próxima reunião ordinária deste conselho, a ata
456 será aprovada e assinada pelos presentes.